

Vale tudo na energia do Brasil

Por Lucien Belmonte

Valor, 18/07/2025

Em Brasília, predomina a política que premia os laços em detrimento da eficiência e competitividade

A matriz energética de alta renovabilidade e baixo custo de produção deveria ser um diferencial para nossa economia, mas está se tornando desvantagem competitiva. Inventaram a transição energética ao contrário, aquela que torna a energia cara, prioriza fontes fósseis, aumenta inflação, gera desperdício e promove impacto ambiental. Essa transição está mais para regressão. Enquanto o mundo corre para se descarbonizar e obter energia barata e limpa, andamos para trás.

Mas vale tudo nesse roteiro. Vale desmontar o próprio setor de energia, empobrecer a população, comprometer direitos essenciais e reduzir as oportunidades de crescer, de gerar emprego e renda. Predomina a política que premia os laços, mas não desata os nós estruturais que puxam o Brasil para baixo.

Para a indústria, nossa invejada vocação energética deixa de ser oportunidade para virar obstáculo. Nosso gás natural é o mais caro do mundo. Na Europa, mesmo com a guerra da Ucrânia, o gás custa US\$ 7 o milhão de BTU, enquanto aqui os consumidores pagam US\$ 14. Nossa conta de luz é das mais pesadas do planeta e as propostas que aparecem só aumentam ou transferem custos. Não há sinal de tratamento sério das ineficiências que precisam ser resolvidas. O brasileiro segue “a pagar sem ver” um horizonte melhor.

Países como China, Indonésia e Coreia do Sul têm políticas de estímulo à competitividade industrial porque aprenderam que isso desenvolve mercados, gera e mantém empregos, aumenta arrecadação e fortalece a economia. A energia é prioridade nessas nações, o que não ocorre aqui. Em lugar de usarmos a ampla oferta energética de que dispomos para descarbonizar a indústria e o consumo, nossas autoridades querem o país novamente no papel de fornecedor de matéria prima e consumidor de artigos importados. Estreamos com pau-brasil, agora é reprise com hidrogênio verde.

O apagão de 2001 permanece no imaginário do país e, desde então, a necessidade de se evitar um novo trauma como esse é pretexto para uma série de erros estratégicos. Com isso, são esquecidos os equívocos cometidos ao longo dos anos. Soluções milagrosas típicas de final feliz de novela costumam ter desfechos trágicos que só aparecem depois, nas cenas do próximo capítulo. Começou com a medida provisória (MP 579/12), que propôs o corte na tarifa com a drástica redução na remuneração de geradoras e transmissoras com a renovação antecipada das concessões. O caso foi à Justiça e resultou em uma conta de R\$ 40 bilhões - que já está em torno dos R\$ 60 bilhões - para os consumidores pagarem.

Inventaram o Procedimento Competitivo Simplificado (PCS), que sob a alegação de resposta rápida a possíveis crises energéticas, passou a ser o sonho dos donos de térmicas que querem vender energia cara e com remuneração garantida, até quando não houver geração de energia. Um recente acordo chancelado pelo Ministério de Minas e Energia com apoio do Tribunal de Contas de União vai custar R\$ 9 bilhões na conta de luz.

Ao invés de efetivamente discutirmos a revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu, o governo federal estabeleceu um acordo, aceitando a fixação da tarifa em US\$ 17,66/kW

até 2026 ao invés de uma tarifa de US\$ 12/kW. Itaipu foi concebida e construída para produzir energia barata, mas hoje, mesmo sem os custos financeiros decorrentes da construção, tem uma das energias hidrelétricas mais caras do Brasil.

Toda vez que deixamos de lado a racionalidade econômica, afetamos a capacidade do cidadão de pagar sua conta. Nossos governantes não consideram energia barata algo fundamental, a não ser em períodos eleitorais.

Mesmo assim, nada no Legislativo resiste a uma emenda. Nos intervalos do Congresso Nacional, parlamentares fazem planejamento energético à moda da Casa, camuflando na Lei das Eólicas Offshore jabutis que obrigam a contratação de energia desnecessária, agravam o desequilíbrio do setor e aumentam a conta de luz. Como cidadão, não me sinto representado. Algumas dessas emendas estranhas haviam sofrido veto presidencial, mas o Parlamento persistiu. Agora são mais R\$ 197 bilhões e aumento de 3,5% no custo da energia.

Nossa indústria solar e eólica não precisa mais ser subsidiada, mas necessita de planejamento para direcionar o crescimento desordenado e reduzir desperdícios. O que está sendo feito? Deixa-se o planejamento de lado e aprovam-se mais subsídios, que já passam de R\$ 16 bilhões.

Grande parte dessas ineficiências e injustiças está alocada na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que foi criada para promover a universalização da eletricidade e custear os descontos à população de baixa renda. Em pouco mais de duas décadas, o fundo tornou-se um orçamento paralelo bancado pelos consumidores sem limite ou controle, que já está chegando a R\$ 50 bilhões ao ano.

A idade da pedra não acabou por falta de pedra, mas porque evoluímos. O fato de termos carvão não justifica a subordinação a essa fonte fóssil com o custo e o impacto ambiental que ela traz. O Reino Unido fechou a última usina de carvão em 2024. A última central a carvão em Portugal fechou em 2021. Em Brasília, o lobby dessa categoria é dos mais fortes e parlamentares defendem o incentivo ao setor carvoeiro até 2050 no país da COP30! Na Amazônia, milhões de pessoas dependem do diesel para ter eletricidade. Na maior floresta tropical do mundo, a matriz elétrica é 89% fóssil.

O governo lançou a medida provisória 1300 para viabilizar regras cujos impactos não estão claros e não foram discutidos com a sociedade. O que se sabe é que grandes obstáculos do setor ficaram de lado e o custo global vai subir. Uma MP que chega ao Congresso e recebe 600 emendas é um indício de um impasse que compromete a capacidade de funcionar e de se pagar pelo sistema elétrico, o que trava a produção.

Estamos perdendo o jogo para a falta de planejamento, de visão e de ética, deixando que se dissipe a potência que o país pode ter nos próximos anos como protagonista da nova geopolítica da energia. O Brasil deve ocupar esse espaço. Nossa indústria está apta a desempenhar esse papel, mas é surpreendida com as reviravoltas dramáticas dessa transição. Ao contrário da dramaturgia, que encanta quando surpreende, para crescer nosso país precisa de previsibilidade e transparência. Diante dessa trama toda, o consumidor brasileiro desabafa: “Quero ver quem paga pra gente ficar assim. Brasil, qual é o teu negócio, o nome do teu sócio. Confia em mim”.

Lucien Belmonte é presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), coordenador do Fórum do Gás e porta-voz do movimento União pela Energia